

RELIGIÃO, GÊNERO E ESFERA PÚBLICA:

Uma Introdução ao Debate.

Lilian Sales

Ingrid Cyfer

O presente dossiê da revista Pensata versa sobre os cruzamentos entre três temas: “Religião, Gênero e Esfera Pública” e pretende contribuir para o avanço das reflexões a respeito das intersecções entre esses três tópicos complexos e vastamente debatidos nas Ciências Sociais. Os artigos que compõem são de pesquisadores iniciantes que exploram teoricamente e etnograficamente essa temática, apresentando como elemento comum a configuração do espaço público (ou do modelo democrático) brasileiro desenhado a partir da intersecção entre esses temas.

Na tradição das ciências sociais, as relações entre a esfera religiosa e a esfera pública foram analisadas a partir de abordagens que pensavam um deslocamento da esfera religiosa para o espaço público, sob a influência do importante paradigma da secularização, muito caro aos estudos das religiões no Brasil. As discussões sobre a presença de agências religiosas na esfera pública provocaram diferentes tipos de análises e posicionamentos por parte dos cientistas, sendo que, até inícios dos anos 2000, houve a proeminência das análises de inspiração weberiana. Essa abordagem considerava a presença das religiões na esfera pública enquanto uma contraposição à teoria da secularização e à modernidade, ao conceber que o processo de modernização das sociedades resultaria na separação da sociedade em esferas e na secularização, e que, nesse processo, a religião se retiraria da esfera pública, tornando-se restrita à vida privada dos indivíduos¹.

Entretanto, sem negar o processo de separação da sociedade em esferas que caracteriza o processo de secularização, outros autores, a partir de meados dos anos 2000, passam a chamar a atenção para a insuficiência desse paradigma na análise das relações entre religião e esfera pública. Autores passam a apontar a

¹ Os trabalhos de Antônio Flávio Pierucci são paradigmáticos dessa abordagem, destacando que a secularização remete-se a luta da modernidade cultural contra a religião, a separação da sociedade em esferas – sendo a esfera religiosa separada da esfera política. (Pierucci, 1996; Religião como solvente)

necessidade de se observar às especificidades do processo de separação em esferas ocorrido em cada sociedade (Asad, 2003; Montero, 2006; Giumbelli, 2008). Na sociedade brasileira, por exemplo, “certas formas de presença da religião no espaço público não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior. Em outras palavras, foi no interior da ordem jurídica encimada por um estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram” (Giumbelli, 2008, p. 18). Dessa forma, no caso brasileiro, a presença da religião na esfera pública foi constituída no próprio processo de laicização da sociedade.

Já outros autores passam a apontar a presença da religião na esfera pública não como uma oposição à secularização ou ao secularismo, mas como uma forma de “secularismo estratégico” desenvolvido pelas agências religiosas, conforme o conceito cunhado por Vaggioni (2005; 2017) ou ainda de um “ativismo reativo”. Nessa leitura, o ativismo religioso assume a forma característica de organizações da sociedade civil, nelas se espelhando² (Vaggioni, 2005; 2017). Já o secularismo estratégico, conforme o termo adotado por Vaggioni, é uma forma de articulação da visão de mundo de grupos religiosos, ou de convicções religiosas através de discursos seculares. Nesse sentido, ao invés de se centrarem em noções de moralidade ou teológicas, os atores vinculados às agências religiosas se expressam a partir de dados científicos e/ou de discursos legais. Na esteira dessas constatações, uma série de estudos sobre a forma de presença e interferência de atores e grupos religiosos em disputas públicas no Brasil identifica a adoção de um *modus operandi* acadêmico-científico pelos atores religiosos (Sales, 2014; 2015; Campos Machado, 2017; Luna, 2013).

Na abordagem adotada por esses autores, importa observar e analisar as estratégias e formas de ação adotadas pelos atores religiosos (individuais e coletivos) quando envolvidos em disputas públicas. Todos esses estudos analisam fenômenos que ocorrem nas fronteiras entre o religioso e o secular, e indicam que não é por meio da aplicação da privatização religiosa, mas, antes, ao considerar

² Como, por exemplo, a ongevização das religiões, segundo a qual a defesa das convicções religiosas não é apenas realizada por igrejas ou templos e seus representantes, mas também por um número crescente de organizações da sociedade civil que defendem doutrinas religiosas. Essas organizações, segundo o autor, representam uma face importante da revitalização religiosa (Vaggioni, 2005;2017).

plenamente a religião em sua dimensão pública e política, que as formas de presença das religiões na esfera pública podem ser analisadas e compreendidas.

Dessa forma, em linhas gerais, já foi constatado que os processos de separação entre o secular e o religioso nas sociedades não levou ao retraimento da religião da esfera pública, mas sim a formas de articulação entre esses dois domínios, em que as fronteiras não são rígidas e nem explícitas, mas, ao contrário, porosas e borradas, sendo muitas vezes difícil identificá-las. Inclusive, em parte dos estudos sobre as intersecções entre religião e esfera pública, identificar ou demarcar fronteiras, ou esferas, não é o objetivo, não se tratando nem do ponto de partida conceitual e nem do ponto de chegada descritivo das análises. Importa destacar, entretanto, que é a partir dessa constatação que a noção de “público” começa a ganhar primazia em relação ao conceito de secularização.

Porém, embora tenha sido produzido um importante corpo de literatura que interrompe o status paradigmático da secularização, a forte presença da religião nas sociedades contemporâneas, e, principalmente, as suas tentativas de atuação na esfera pública, ainda são consideradas por muitos autores como um indicador da necessidade de reforçar o secularismo. A atuação de atores religiosos em disputas e controvérsias públicas, marcando seus posicionamentos, reforçou a urgência do secularismo para alguns, que consideram a presença pública de atores e discursos religiosos como um mau funcionamento do Estado Laico (ou da própria ideia de secularização) que precisaria ser resolvido por meio da aplicação do secularismo como uma doutrina política. Esse tipo de discurso é especialmente notado entre atores políticos que se preocupam com as desigualdades de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, Vagionni chama também a atenção para o fato de que o secularismo também serviu como doutrina política, sendo utilizado como uma forma de construir e de se confrontar à presença dos atores religiosos na esfera pública. Esta construção apresenta a religião como não racionalizada e, como tal, precisaria estar relegado à esfera da vida privada dos indivíduos. A esfera pública democrática seria definida, nessa perspectiva, enquanto uma arena livre da presença do “religioso” (Vaggioni, 2005). Ou ainda, que a presença da “religião” (identificada por vezes aos atores religiosos, e por outras vezes com determinados discursos

proferidos por atores não necessariamente vinculados a uma religião) na esfera pública, especialmente a política, seria algo “fora de lugar”, ou “não legítimo”.

Nesse aspecto, parte significativa dos estudos da religião em sua interface com a esfera/espço públicos realizados a partir de meados dos anos 2000 toma por pressuposto o fato de que a modernidade não trouxe um declínio no envolvimento religioso. Pelo contrário, identificam que grande parte da investida na defesa de uma compreensão tradicional da família, em países onde ocorreu uma considerável liberalização de gênero / sexualidade, como os Estados Unidos ou os da Europa Ocidental, foram marcadas por mobilizações ativas de grupos religiosos, obtendo diferentes níveis de sucesso em cada caso e em cada país, sempre buscando reverter essas reformas ou impedir a aprovação de avanços referentes à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e ao gênero³.

De maneira semelhante, em outros países, como na América Latina, grupos religiosos organizaram reações preventivas à ampliação das pautas dos direitos das mulheres e LGBT, articulando redes e alianças que reafirmam uma compreensão tradicional da família. Dessa maneira, vale ressaltar que as pautas morais, especialmente de enfrentamento à expansão dos direitos sexuais e reprodutivos e do gênero, representaram a frente de batalha para a qual grupos religiosos católicos e fundamentalistas cristãos se armaram, sobretudo a partir do início dos anos 2010.

PÚBLICO, ESFERA PÚBLICA, ESPAÇO PÚBLICO

Desde que o paradigma da secularização mostrou-se insuficiente para compreender as intersecções entre religião e esfera pública, observa-se um deslocamento dos estudos em direção à configuração do “público”, articulado à esfera ou espaço, ou, mais recentemente, arenas (públicas) e controvérsias (públicas).

Na Teoria Política, John Rawls, Jürgen Habermas e Charles Taylor estão entre as principais referências contemporâneas nessa temática. Esses autores protagonizaram uma conhecida polêmica que teve início logo após a guerra fria, “o debate liberais-comunitaristas”, cujos pontos centrais eram as relações entre justiça e democracia, entre o público e privado, e o bem e o justo. A religião foi sempre ao

³ Sobre esse tema, ver Portier e Béraud, 2015; Turinna, 2012, ou ainda Garbagnoli e Prearo, 2017; Perez-Agote, 2015.

menos tangenciada nessas discussões, mas foi especialmente no fim do século XX e início do século XXI que a relação entre religião e política ganhou centralidade maior nesses autores. Isso porque, ⁴desde então, os conflitos étnico-religiosos que se seguiram à dissolução da União Soviética, o “11 de setembro” e muitas guerras e disputas políticas domésticas passariam a mobilizar a religião na esfera pública de modo mais aberto e frequente do que ocorria na época em que os conflitos eram reduzidos ao confronto entre capitalismo e comunismo. Nesse contexto, Rawls, Habermas e Taylor⁵ revisitam suas reflexões sobre esfera pública tendo como ponto de partida comum uma reflexão sobre os limites do paradigma da laicidade do Estado moderno.

Já na antropologia, as críticas de Tala Asad e Stanley Tambiah aos usos feitos pelas ciências sociais das categorias religião, secularização e magia foram centrais para o deslocamento das abordagens das relações entre religião e esfera/espço público nesse campo. Os autores se propõem a pensar criticamente sobre a categoria religião, observando como ela foi formulada historicamente e a maneira pela qual ela vem sendo utilizada nas ciências sociais. Ambos, ao inventariarem as formulações dadas às categorias “religião, magia e ciência” (Tambiah) ou “religião” e “secularização” (Asad), demonstram que essas categorias são fortemente retificadas nas ciências sociais, e se incomodam com a forma naturalizada pela qual os mais variados autores se apropriam e se utilizam dessas categorias. É interessante notar que os dois autores não são de origem ocidental, e talvez por isso tenham se incomodado com o uso frequentemente naturalizado e acrítico das categorias magia, religião e secularização pelos autores ocidentais, que as tomam muitas vezes por auto-evidências empíricas.

Entretanto, a desnaturalização das categorias religião, secularização e magia e o questionamento dos usos feitos pelas ciências sociais dessas categorias, realizada nas obras de Talal Asad (2003) e Stanley Tambiah (1990), foram também centrais para o deslocamento nas abordagens das relações entre religião e

⁵ Rawls, J. Political Liberalism. The John Dewey Essays in Philosophy, 4. New York: Columbia University Press, 1993 e Rawls, J. "The Idea of Public Reason Revisited." Chicago Law Review (1997), 64 (3): 765–807. Habermas, J. The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion, São Francisco, Ignatius Press., 2007 e Habermas, J. Between Naturalism and Religion: Philosophical Essays, Cambridge, Polity Press, 2008; Taylor, C. Uma era secular. São Leopoldo: UNISINOS, [2007], 2010

esfera/espço público. Os autores se propõem a pensar criticamente sobre a categoria religião, observando como ela foi formulada historicamente e a maneira pela qual ela vem sendo utilizada nas ciências sociais. Ambos, ao inventariarem as formulações dadas às categorias “religião, magia e ciência” (Tambiah) ou “religião” e “secularização” (Asad), demonstram que essas categorias são fortemente retificadas nas ciências sociais, e se incomodam com a forma naturalizada pela qual os mais variados autores se apropriam e se utilizam dessas categorias. É interessante notar que os dois autores não são de origem ocidental, e talvez por isso tenham se incomodado com o uso frequentemente naturalizado e acrítico das categorias magia, religião e secularização pelos autores ocidentais, que as tomam muitas vezes por auto-evidências empíricas.

Stanley Tambiah (1990) demonstra que as concepções de magia, ciência e religião são produtos de uma época histórica, mais especificamente são produtos da modernidade, sendo herdeiras da reforma protestante e do iluminismo, carregando em suas formulações elementos da teologia protestante e da visão iluminista universalista. Segundo o autor, essas formulações histórica e teologicamente situadas foram apropriadas pelos fundadores das Ciências Sociais. O autor demonstra, por exemplo, que a formulação de magia e religião presente entre os antropólogos evolucionistas era muito similar àquela estabelecida no contexto da Reforma Protestante, ao associar os atos de manipulação do sagrado, por meio da valorização das relíquias e das indulgências pela Igreja Católica, à Magia, e os atos de intercessão a Deus, como as orações dos protestantes, à Religião.

Essas concepções de magia e religião, formuladas a partir de elementos contextuais e históricos, passam a serem tratadas enquanto conceitos universais pelos antropólogos evolucionistas, como categorias que estariam presentes em todos os tempos e lugares, bastando o esforço do pesquisador em identificá-la nos mais variados povos. Tambiah aponta, pois, que conceitos historicamente e teologicamente informados foram utilizados para pensar a alteridade, sendo concebidos enquanto conceitos universais.

Talal Asad faz uma análise semelhante em relação aos conceitos de secularização, laicidade e religião, apontando a existência de um pressuposto geral nas ciências sociais de que a religião seria uma categoria universal, sendo

concebida enquanto um conjunto ordenado de símbolos e de doutrina⁶. Nessa perspectiva, segundo o autor, estudar “religião” seria compreender o sistema simbólico constituído por ritos, práticas e crenças de uma civilização. Asad também chama a atenção para o fato de que o conceito de religião, na forma como ele é utilizado nas ciências sociais, foi informado por um longo processo histórico instituído no interior do cristianismo, carregando as suas marcas. De forma semelhante o conceito de secularização também teria sua formulação nesse contexto histórico e social particular, sendo a concepção da separação entre religião e poder um produto específico da história ocidental.

Dessa forma, segundo o autor, é em meio a esses processos históricos e contextuais que a religião passa a ser concebida enquanto algo universal, como um fenômeno transcultural e trans-histórico. E, além disso, como sendo constituída por uma essência autônoma e diferenciada da essência das ciências e da essência da política. (Asad, 2003). Essa constatação é especialmente importante para as discussões entre religião e esfera pública, pois o autor coloca em evidência que a configuração dada às relações entre religião e esfera pública é o produto de uma época e de um contexto, não sendo a universalização dessas relações produtiva para a observação e análise das características e desenhos específicos observados em cada contexto e situação.

Em outras palavras, essa constatação de Talal Asad leva a proposição de se analisar a religião a partir da forma como ela se constitui no mundo, e não nas mentes⁷. Em outras palavras, identificar os processos por meio dos quais a religião, ou as religiões, se constroem no mundo, por meio de um complexo jogo de enunciados, de práticas e de negociações.

Dessa forma, as constatações de Asad e Tambiah, bem como a proposição analítica de Talal Asad, tornaram-se inspirações importantes para uma série de estudos voltados para a observação e a interpretação do que os atores e grupos religiosos fazem em seu processo de irrupção no cenário público. Ao invés de discutir as formas pelas quais as religiões devem se comportar no espaço público de

⁶ O autor tece sua crítica a partir da discussão do texto de Clifford Geertz “A Religião como Sistema Cultural”, presente em seu livro clássico *A Interpretação das Culturas*.

⁷ Retoma novamente a crítica à hermenêutica, representada em seu texto pela antropologia de Clifford Geertz.

forma a não comprometer a institucionalidade republicana, observam-se e analisam-se as maneiras pelas quais as religiões atuam e interferem em questões de interesse público.

PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS E CONTROVÉRSIAS

O conceito de controvérsia pública vem sendo utilizado como paradigma analítico e também metodológico para compreender a formação e a configuração recente do espaço público brasileiro e o papel dos agenciamentos religiosos nesta construção, tornando-se um eixo em torno do qual se compôs um novo modo de articular o problema das relações entre as religiões e a constituição da esfera pública. A partir dessa formulação vem sendo analisadas as formas de presença, de mobilização e de atuação de atores, grupos ou instituições religiosos nos debates públicos nacionais.

A análise das controvérsias públicas vem se mostrando importante devido às novas características da intervenção das religiões na esfera pública brasileira. Nesse aspecto, estudos demonstram que a nova maneira das religiões se colocarem publicamente no Brasil passa pela via do dissenso, ou mesmo do confronto público. (Montero, 2015; Sales, 2015).

O catolicismo, historicamente, manteve uma forte presença institucional e força simbólica junto ao Estado Brasileiro, ocupou posição chave como agência reguladora da vida social, fomentadora de formas de mobilização e construção de uma cultura cívica brasileira e de uma moralidade pública. A superioridade numérica da Igreja Católica, somadas a sua força institucional e regulamentadora da vida social, garantiam a hegemonia do catolicismo no Brasil. Nesse cenário, a presença institucional e a atuação de atores católicos (individuais e coletivos) nas questões de interesse público do país passavam quase despercebidas, estando de tal forma diluídos na paisagem social brasileira, que lhe conferia um “efeito de invisibilidade”.

Já mais recentemente se percebe um contexto no qual suas posições nas controvérsias necessitam de justificação e mobilização para se tornarem convincentes. Apesar da presença do catolicismo na formação de valores e de uma moralidade cívica no Brasil, presente desde o início da república, mais recentemente vem sendo notada a necessidade de justificação dos valores e discursos postos pela

Igreja Católica e por seus representantes nos debates públicos nacionais, que acontece no momento em que o "consenso" católico passa a ser questionado, como mostra uma série de ações levadas aos tribunais recentemente, e à diminuição persistente de pessoas que se declaram católicas nas últimas cinco décadas no Brasil. Dessa forma, a necessidade de justificação dos valores católicos acontece em um cenário nacional de expansão das religiões pentecostais e neopentecostais no país acompanhada de uma mudança na sensibilidade e na percepção daquilo que seria de interesse coletivo.

A diminuição no número de adeptos do Catolicismo é acompanhada da expansão numérica dos indivíduos que se autoproclamam protestantes evangélicos nos últimos 50 anos, sobretudo evangélicos pentecostais. No primeiro censo (1940), os protestantes representavam apenas 2,6% da população brasileira, mas, na virada dos anos 2000 já representam 15, 6% da população, e, no ano de 2010, 22,4%, apresentando um crescimento superior a 500% nas últimas décadas.

Paralelamente à sua expansão quantitativa, as igrejas evangélicas pentecostais passam a ocupar os espaços públicos em suas variadas esferas, entre as quais se destacam: a esfera política, por meio da participação na política institucional, elegendo representantes e participando dos debates políticos; o espaço público geográfico, por meio da realização de grandes Marchas e pela construção de templos ostensivos; e na esfera midiática, pela presença nas mídias (radiofônica, televisiva, e, mais recentemente, as mídias digitais e redes sociais). Nesse sentido, a expansão dos evangélicos se faz de forma ostensiva, por meio da ocupação e presença nos mais variados espaços públicos.

No que se refere à participação dos evangélicos na esfera política, observa-se o fortalecimento da representação de políticos evangélicos no Congresso Nacional a partir do final da década de oitenta, com o surgimento da chamada "Bancada Constituinte dos Evangélicos", mais tarde constituída em Frente Parlamentar Evangélica, que, na atual legislatura, eleita em 2018, conta com mais de 90 parlamentares no Congresso Nacional. Essa representação política ocorre principalmente por meio da defesa de determinadas pautas morais e das tentativas de se barrar Projetos de Lei que visem à ampliação dos direitos os grupos LGBT,

dos direitos sexuais e reprodutivos ou ainda questões educacionais relacionadas ao gênero. (Campos Machado, 2015).

Nesse contexto, em que o pluralismo e a diversidade em termos de religião ganham relevância, não apenas as instituições católicas passam a se posicionar publicamente nos debates públicos nacionais, mas os grupos religiosos das mais variadas denominações passam a marcar e disputar posicionamentos nas questões levadas ao debate público. Além disso, defendem suas causas e posições em uma linguagem pública aceita nas arenas nas quais esses temas vêm sendo debatidos, por meio do uso do léxico das ciências e/ou dos direitos, por exemplo. Nesse sentido, as posições dos grupos religiosos são colocadas como “mais uma opinião”, na disputa regulada de opiniões e posições apresentadas na esfera pública. Elas participam da dinâmica dos debates e disputas como um elemento entre os demais, e não como fornecedora de um valor normativo direto⁸.

Dessa forma, a partir da análise de controvérsias, e mais recentemente de problemas públicos, observa-se o desenho da arena pública que emerge em situações de dissenso, confronto ou disputa⁹. Nessa perspectiva, considera-se que as agências religiosas participam das controvérsias públicas justificando suas posições e mobilizando agentes na defesa de seus posicionamentos. Para isso, expressam-se em uma linguagem reconhecida publicamente. A necessidade de justificação tem como consequência imediata a objetificação pública dos posicionamentos adotados. As religiões manifestam suas demandas e convicções na linguagem pública adequada à arena na qual a controvérsia se desenrola. Assim, as narrativas precisam estar ancoradas nos termos e nos elementos das gramáticas

⁸ Por exemplo, o Estado, em suas tomadas de decisão, vem sendo informado por círculos de conselhos que emanam da sociedade. As normas são apoiadas na participação imediata daqueles a quem estão destinadas, entre elas as religiões. Exemplo disso são as audiências públicas, realizadas no judiciário e no legislativo, em seus variados níveis, em que há a participação de instituições ou grupos religiosos, que apresentam seus argumentos e posições sobre os mais variados temas. Essa participação já foi observada por diversos autores (Luna, 2013; 2018; Campos Machado, 2017; Sales, 2014, 2015).

⁹ A inspiração para essas análises é advinda, sobretudo, da leitura de autores franceses de linhagens vinculadas à Sociologia Pragmática, que colocam as situações de disputa como objetos de observação e de descrição. Trata-se de uma literatura em que o enfoque teórico e analítico está nas ações e nas práticas da vida social, privilegiando a lógica da ação em detrimento da lógica da representação. “Interessam-se pelas situações de ações e pelas interações ocorridas ao longo das situações.”. Essas sociologias iniciadas na França nos anos 1980 realizam uma microsociologia das ações, realizando uma descida dos pesquisadores em meio às ações e interações, observando a vida social “in situ”. A análise empírica, realizada microscopicamente no decorrer das situações analisadas, adquire centralidade.

em jogo nas arenas em que as disputas acontecem para se tornarem convincentes (Montero, 2015; Sales, 2015).

Os artigos presentes nesse dossiê representam bastante bem essa perspectiva. Os artigos de Luciano Oliveira e Alex Kalil demonstram etapas dos processos pelos quais a hierarquia católica produz categorias – a ideologia de gênero e a cultura de morte – e as dissemina e divulga por toda a sua estrutura hierárquica, fornecendo elementos e bases para a participação dos atores vinculados às instituições católicas nos debates públicos relacionados à bioética, aos direitos sexuais e reprodutivos e ao gênero. Essas categorias longamente forjadas pela Igreja Católica, se espalham por outros campos, e se tornam ferramentas importantes nas controvérsias relacionadas a esses temas.

Já os artigos de Juliana e Paula Bortolin apontam os discursos acionados pelos parlamentares evangélicos na defesa de seus posicionamentos. O artigo de Paula Bortolin, ao analisar os discursos dos parlamentares evangélicos contrários à criminalização da homofobia aponta o acionamento da linguagem das ciências e dos direitos humanos para se defender convicções religiosas. O artigo de Juliana Carvalho, por sua vez, reconstrói e contrasta as teorias de John Rawls e Jürgen Habermas acerca da mobilização de argumentos religiosos no âmbito da política institucional. Com base nessa discussão teórica, o artigo propõe uma análise do caso da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados com o objetivo de lançar luz sobre o modo como a relação entre discurso religioso e parlamento ocorre no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, Talal. 2003. *Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity*. Stanford: Stanford University Press
- BERAUD, Céline, PORTIER, Philippe. 2015. *Métamorphoses catholiques. Acteurs, enjeux et mobilisations depuis le mariage pour tous*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- CAMPOS MACHADO, Maria das Dores. 2015 "Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise de pentecostais e carismáticos católicos". In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2)

_____. 2017. Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), v. 47, p. 351-380.

DOBBELAERE, Karel PEREZ-AGOTE, Alfonso. 2015. *The Intimate: Laws about Life, Death and the Family in So-called Catholic Countries*. 2015

GIUMBELLI, Emerson. 2002 *O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França*. São Paulo, Atar Editorial.

_____. 2008 "A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil". In *Religião e Sociedade*, v. 28, n. 2, pp. 80-101

HABERMAS, J. 2007. *The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion*, São Francisco, Ignatius Press.

HABERMAS, J. 2008. *Between Naturalism and Religion: Philosophical Essays*, Cambridge, Polity Press.

LUNA, Naara. 2013. "O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um Estado laico". *Religião & Sociedade*, v. 33, nº 1: 71-97.

MONTERO, Paula. 2015. *Religião e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Terceiro Nome.

_____; SILVA, Aramis; SALES, Lillian. 2018. *Fazer Religião em Público: encenações religiosas e influência pública?* *Horizontes Antropológicos*, v. 52, p. 131-164.

_____. 2006 "Religião, Pluralismo e esfera pública no Brasil". In *Novos estudos – CEBRAP*, n. 74, pp. 47-65.

RAWLS, J. 1993. *Political Liberalism*. The John Dewey Essays in Philosophy, 4. New York: Columbia University Press, 1993

_____. 1997. "The Idea of Public Reason Revisited." *Chicago Law Review* (1997), 64 (3): 765–807.

SALES, Lillian. 2014. "A controvérsia em torno da liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil: posições e argumentos dos representantes da Igreja Católica" São Paulo. *Revista de Antropologia*, 57(1). 179-213

SALES, LÍlian. *'Em defesa da vida humana': moralidades em disputa em duas audiências públicas do STF*. *Religião & Sociedade* (Impresso), v. 35, p. 143-164, 2015.

TAMBIAH, STANLEY. 1990. *Magic, Science, Religion and the Scope of Rationality* (The Lewis Henry Morgan Lectures 1984). Cambridge: Cambridge University Press.

VAGGIONI, Juan. 2017. *La Iglesia Católica frente a la política sexual*. Campinas. *Cadernos Pagu*. 50.